

Contratações temporárias e bastante polêmicas

Vinicius Nader

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Secretaria de Educação do GDF anunciaram a criação de mais 1650 vagas para professores temporários da rede pública de ensino do DF. Com esse anúncio, o Ministério Público chega muito perto de 3 mil vagas temporárias autorizadas desde março. O número é o suficiente para que nenhum aluno fique sem aula na rede pública de ensino do DF. O edital de convocação dessas 1650 vagas estará no site da Secretaria de Educação a partir do próximo domingo e as contratações começam logo na segunda-feira. Tanto o MPDFT quanto a Secretaria de Educação pedem para que os professores já aprovados estejam atentos à convocação. A secretaria também convocará os remanescentes do último concurso realizado para professor já que dos 302 aprovados, apenas 284 tomaram posse. A ideia é que as aulas nos turnos vespertino e noturno comecem na própria segunda-feira. No caso das aulas matutinas, a situação estaria regularizada na terça-feira da semana que vem.

A justificativa do MPDFT para a autorização é a gravidade do problema de falta de professores na rede pública do DF. "Sabemos que as vagas temporárias não são a solução ideal e até somos contra a medida, mas a situação das escolas do DF é emergencial, pois muitas escolas inauguradas recentemente, como a de Santa Maria, por exemplo, já sofrem com falta de professores e as aulas estão paradas", explica Alexandre Salles, promotor de justiça da área de defesa do patrimônio público. Segundo dados da secretaria de Educação existe pelo menos um caso de falta de professores em cada escola da rede pública do DF. A

situação é mais grave nas cidades de Santa Maria e São Sebastião e as disciplinas que têm mais carência de professor são Química e Física. "O ano letivo começou há 49 dias e muitos professores titulares já apresentaram problemas de saúde, como falta de voz, por exemplo. A solução para que as aulas não sejam suspensas é a contratação temporária. A medida em que esses problemas forem sendo sanados, os professores voltam à ativa e os contratos temporários são rescindidos", explica a secretária de Educação, Vandercy de Camargos.



SABEMOS QUE AS VAGAS TEMPORÁRIAS NÃO SÃO A SOLUÇÃO IDEAL E ATÉ SOMOS CONTRA A MEDIDA, MAS A SITUAÇÃO É EMERGENCIAL

ALEXANDRE SALLES
PROMOTOR



O promotor Alexandre Salles resalta que a secretaria não pode fazer do recurso da convocação temporária uma praxe, como tem acontecido. "Demos o prazo de 60 dias para que a secretaria nos apresente um planejamento de preenchimento de vagas. Se o prazo não for cumprido, a própria secretaria de Educação Vandercy de Camargos poderá ser punida pessoalmente", afirma Salles. A secretaria considera o prazo para a resolução bom, mas diz que "sempre que houver necessidade, lançarei mão do uso da contratação temporária". Embora o

MPDFT se posicione contra a contratação temporária justificando que "isso não resolve o problema da rede educacional", a Secretaria de Educação não esconde que discorda totalmente desse ponto de vista. "A questão é colocar o aluno em sala de aula, seja ela dada por professores temporários ou titulares", afirma Vandercy Camargos.

A carência desses professores poderia ser resolvida se a Secretaria de Educação fizesse com que os 3887 profissionais que estão fora da sala de aula voltassem a lecionar. A maioria é composta por professores concursados da secretaria que estão cedidos a outros órgãos do GDF exercendo atividades burocráticas e de licenciados por motivos particulares ou para estudar. "Esse contingente poderia ser utilizado pela secretaria para suprir as necessidades de professores em sala de aula", afirma Salles. A secretaria até concorda em voltar com esses professores à ativa, mas afirma que isso é um plano para o ano que vem. "Seria uma irresponsabilidade de minha parte trazer de volta profissionais que estão afastados há cerca de 10, 15 anos sem promover uma atualização do conteúdo e do método deles", explica Vandercy. Para a secretaria são necessários mais de oito meses para que esse processo seja concluído.

Além da contratação dos novos 1650 professores temporários, a Secretaria de Educação vai regularizar a questão de 1174 professores também temporários contratados em março. Na ocasião houve um erro admitido pela secretaria que será corrigido na segunda-feira. "O erro não foi na classificação dos professores aprovados no concurso, mas sim na locação deles. Agora eles vão poder escolher novamente a escola em que lecionarão", explicou a secretaria.